

MINUTA CONTRATUAL - CONTRATO Nº. 41/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2023

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, senhor Clodoaldo Briancini, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa GEOVIAS ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 13.771.804/0001-36, com sede na AV BRASILIA, PINHALZINHO/ SC, representada por Juliano Wolschick, inscrito(a) no CPF n.***.972.489-**, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação 62/2023 modalidade Pregão ELETRÔNICO nº 25/2023, e que se regerá pela Lei n. 10.520/02 e 8.666/93, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a **ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE INTERSEÇÃO NA RODOVIA BR 282 NAS PROXIMIDADES DO KM 531 E DE PROLONGAMENTO DA RUA LUDOVICO J. TOZZO (MARGINAL DA BR 282) INTERLIGANDO COM A RUA DANIEL GIACOMIN NO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC.**

1.2. O edital e seus anexos são partes integrantes deste contrato como se transcritos fossem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO

2.1 - O prazo de entrega do objeto é de até 20 (vinte) dias corridos, contados da solicitação, feita através do envio da SF (Solicitação de Fornecimento) e recebimento da mesma pelo fornecedor;

2.2 - A contratada deverá entregar todos os projetos e licenças ambientais devidamente aprovados nos órgãos competentes (DNIT, Celesc e IMA);

3.2.1 - A contratada deverá entregar os projetos em separado para interseção de acesso, localizado na rodovia na BR 282/SC e para prolongamento da rua Ludovico J. Tozzo (marginal da BR 282).

2.3 - Os projetos deverão ser entregues em 03 (três) vias físicas e em formato digital, em PDF, DWG e DXF;

2.4 - Os custos de plotagem e ART do projeto devem estar incluídos no custo do objeto.

2.5 - Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo (a) responsável ao acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

2.6 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (Tres) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

2.7 - Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

2.8 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

2.9 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

2.10 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO:

2.10.1 - O objeto deverá atender ao disposto na resolução DNIT nº 7, de 02 de março de 2021, no Manual de Acesso a Propriedades Marginais (IPR 728) e no Manual de Projetos e Interseções (IPR 718), incluindo:

Anteprojeto, de interseção com os seguintes itens:

Estudo de tráfego;

Estudo topográfico;

Estudos hidrológicos;

Projeto geométrico;

Projeto de terraplenagem;

Projeto de drenagem pluvial;

Projeto de pavimentação / sinalização;

Plano de execução;

Projeto executivo constando os seguintes itens:

Estudo geotécnico;

Estudo e projeto de meio ambiente – com licenciamento ambiental – IMA ;

Projeto geométrico;

Projeto de terraplenagem;

Projeto geotécnico;

Projeto de drenagem e OAC;

Projeto de pavimentação;

Projeto de sinalização viária;

Projeto de iluminação aprovado na celesc;

Projeto de obras complementares;

Plano de execução;

Memorial descritivo;

Especificações técnicas;

Orçamento e cronograma;

Prolongamento da Rua Ludovico J. Tozzo constando os seguintes itens:

- Estudo de tráfego;
- Estudo topográfico;
- Estudos hidrológicos;
- Projeto geométrico;
- Projeto de terraplenagem;
- Estudo geotécnico;
- Estudo e projeto de meio ambiente – com licenciamento ambiental – IMA ;
- Projeto de terraplenagem;
- Projeto de drenagem e OAC;
- Projeto de pavimentação;
- Projeto de sinalização viária;
- Projeto de iluminação aprovado na Celesc;
- Projeto de obras complementares;
- Plano de execução;
- Memorial descritivo;
- Especificações técnicas;
- Orçamento e cronograma;

IMAGEM ILUSTRATIVA PARA REFERÊNCIA E LOCALIZAÇÃO:



CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O presente contrato terá sua vigência até 31 de dezembro de 2023, facultada à Administração sua prorrogação conforme previsão do inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pela execução do objeto/ fornecimento dos bens previstos na Cláusula Primeira, o Contratante pagará à Contratada* o valor de **R\$ 27.750,00 (Vinte e sete mil, setecentos e cinquenta reais)**.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado em até 30 dias, mediante a aprovação do projeto e da apresentação de documento fiscal devidamente atestado pela Secretaria de Administração.

5.2. A contratada deverá encaminhar a nota de acordo com as informações contidas na AF emitida pelo Município.

5.3. As despesas decorrentes da prestação dos serviços locação objeto deste edital correrá a cargo da dotação: (Projeto Atividade 2.002, – Elemento 3.3.90 Complemento do elemento–2. Despesas previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2023.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA

6.1. A empresa vencedora com a melhor proposta, deverá garantir a prestação dos serviços/elaboração do projeto de acordo com o termo de referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

7.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTES

8.1. - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante o período de 12 (doze) meses. Após período de 12 (doze) meses, o valor do contrato poderá ser reajustado, na forma da legislação aplicável, pelo IPCA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1 - São obrigações da Contratante:

9.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.6 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2 – São obrigações da contratada:

9.2.1- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2.2- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

9.2.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.2.4 - Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.2.5 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.6 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.7- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

10.1.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

10.1.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

10.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 10.1.2 e 10.1.3 será o valor inicial do Contrato.

10.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida 10.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e,

consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

10.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

10.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

10.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1. - É vedada a terceirização ou subcontratação total da prestação do objeto licitatório, ou da cobrança pelos mesmos;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

12.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.1.1 - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor pelo servidor público, Sr. Valdemar Martins, que atuará como representante institucional, nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

14.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que

for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó/SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Cordilheira Alta, SC, 27 de junho de 2023.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

GEOVIAS ENGENHARIA LTDA
CNPJ n. 13.771.804/0001-36
Juliano Wolschick
Contratada:

Testemunhas:

Angelita Gabriel
CPF: ***.893.109-**

Laura Muniz da Silva
CPF: ***241.889**